

# Polêmica embaixo do bloco

Criados como espaços livres para a circulação de todos, hoje, os famosos pilotis de Lucio Costa são alvos constantes de discussão. De um lado, blocos que mantêm as características originais e deixam abertos os ambientes; de outro, grades, blindex, cercas vivas e áreas cada vez mais fechadas. Quem optou por limitar o acesso aos prédios afirma que a cidade está mais violenta e o isolamento é "questão de segurança". Em alguns casos, a altura do terreno em relação à rua é a justificativa. Mas quem perdeu a passagem para um bicicletário ou salão de festas queixa-se. Especialistas apontam outras saídas para os problemas e reclamam da falta de fiscalização por parte do Governo do Distrito Federal.

O fechamento de pilotis é uma infração urbana e uma agressão ao tombamento da cidade. Para a família Viana, moradora da 107 Norte, representa ainda mais. "A infância dos meus filhos e netos foi aqui. E, agora, a dos bisnetos também. Aprender a caminhar, andar de bicicleta e outras delícias de ser criança foram todas aqui", argumenta a matriarca Socorro Vasconcelos Viana, 76 anos. A história com o piloti passou por quatro gerações. A servidora pública Liana Viana Magalhães, 36 anos, acredita que o espaço deve ser utilizado pelos moradores, dessa forma não se torna alvo de grades e paredes. "Os condôminos precisam descer, trazer as crianças e usufruir da liberdade que os pilotis oferecem. Ao serem ocupados, ninguém vai tomá-los das pessoas", alerta.

Para o professor de arquitetura da Universidade de Brasília (UnB) Antônio Carlos Cabral Carpintero, o maior responsável pela situação é o GDF. O governo não tem um plano de fiscalização e conservação para a área tombada. "É preciso fiscalizar para se ter controle do que acontece. As pessoas estão cercando essa área da maneira mais vulgar possível. É uma disputa por espaço tradicional da cultura brasileira. Sobre tudo, segregar o uso não é o melhor caminho", critica.

Cláudio José Pinheiro Villar de Queiroz, especialista em arquitetura, diz que os pilotis equivalem a calçadas, portanto, são espaços públicos e de uso comum. "Quem cresceu aqui viu crianças brincarem nesses espaços. O que entristece é que a cidade evoluiu e deixou de pensar nesse urbanismo característico", avalia. Para ele, a ocupação do piloti é alvo de especulação imobiliária. "As pessoas argumentam que o espaço deve ser preenchido para valorizar o edifício e, na verdade, é a preservação que valoriza", afirma.

De acordo com o Relatório do Plano Piloto de Brasília, de Lucio Costa, inscrito no Livro de Tombo Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Na-

cional (Iphan), as superquadras e os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo, porém, a três princípios gerais: gabarito máximo de seis pavimentos, pilotis e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres.

## Impasse

Quem caminha pelas ruas do Plano Piloto coloca em xeque a postura de quem administra os prédios. A servidora pública aposentada Alair Faria, 88 anos, mora na 208 Sul e se incomoda com o impedimento. "As pessoas têm o direito de ir e vir. Não é justo com quem precisa caminhar entre os blocos ter que dar voltas enormes por causa de cercas", desabafa. Por lá, os pedestres deram lugar aos carros e chancelas nos pilotis dos blocos A, D e E.

A poucos metros dali, mais gente insatisfeita. Na 408 Sul, o síndico do Bloco A, Guilherme Santana, disponibilizou acesso à internet no piloti para incentivar o uso do espaço: sucesso com a garotada. "Isso aqui pertence às pessoas e elas devem usar. A visão livre, a ventilação e a possibilidade de caminhar é maravilhosa. Em poucos lugares, temos essa oportunidade", defende. O cubano morador de Brasília há quase duas décadas critica a segregação. "Ouço histórias de gente que cresceu aqui e brincou embaixo do prédio. Esse costume deve ser cultivado e preservado", acredita.

Em contrapartida, nos blocos cercados, administradores defendem a medida como "necessária para a segurança dos moradores". O síndico de um bloco na 310 Norte, que pediu para não ser identificado, disse que, antes de a parede de vidro ser instalada ao redor do prédio, houve acidentes. "As pessoas caíram e essa foi a solução para proteger os moradores. Não há restrições de uso", garantiu.

Em outro endereço, a amplitude de um lugar a um salão de festas, um bicilctário e um puxadinho para veículos. A descaracterização não incomoda a servidora pública Suzana Alencar Xavier, 38 anos. "A cidade mudou e esses conceitos também devem ser adaptados à nova realidade do brasiliense. Não digo pôr abaixo o que existe, mas, sim, remodelar o uso do espaço", acredita.

A Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agesfis), responsável por averiguar possíveis irregularidades, informou, em nota, que há um acordo com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em que foi destacada uma lista das áreas prioritárias para serem incluídas em uma ação fiscalizatória. O órgão, porém, não deu detalhes sobre a operação, tampouco informou quantas notificações foram feitas em 2014 e 2015. O Iphan não se manifestou sobre o assunto até o fechamento desta edição.



**Infância nos pilotis:** a família Viana acredita que o espaço deve permanecer livre e ser ocupado pelos moradores

## » O que diz a Lei?

A Lei nº 2.105, de 8 de outubro de 1998, trata da construção, modificação ou demolição de edificações no Distrito Federal. O artigo 178 determina que a derrubada total ou parcial da obra será imposta quando tratar-se de edificação em desacordo com as normas e não for passível de alteração do projeto arquitetônico para adequação. Quando a obra se encontra em área pública, segundo o documento, a ação pode ser feita de forma imediata. Já o Decreto nº 10.829, de outubro de 1987, dispõe sobre o tombamento do conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico de Brasília, conforme o plano original de Lucio Costa. No mesmo ano, a Unesco reconheceu a capital federal como Patrimônio Cultural da Humanidade. Uma portaria do Iphan, de 1992, também protege a área tombada.

## » Para saber mais

### Cidade de todos

O Relatório do Plano Piloto de Brasília, elaborado pelo arquiteto e urbanista Lucio Costa, recomenda o uso livre dos espaços públicos. "O chão passa, por conseguinte, a ser de uso comum, onde a liberdade de ir e vir dentro do espaço formado pela superquadra", destaca o documento. Em outras palavras, os moradores não são donos de um terreno. O piloti foi utilizado como intenção não apenas de proporcionar visibilidade, mas também permeabilidade, viabilizando a passagem dos pedestres eventuais, sem inibição ou distinção.

## » Memória

### Prova de fogo

Em 2011, 10 anos após a última visita, o Comitê do Patrimônio Mundial, da Unesco, voltou à capital federal e encontrou diversas agressões ao projeto de Lucio Costa. O conceito de liberdade e de acesso democrático se perdia, à época, com pilotis fechados por grades e cercas vivas. As extensas áreas verdes, que simbolizam a escala bucólica no projeto original do Plano Piloto, transformaram-se em estacionamentos ou abrigos para barracas de comerciantes informais. Os especialistas se reuniram em junho daquele ano, em Paris, para avaliar a situação dos bens. Eles discutiram o caso de Brasília, que, na opinião de técnicos que participaram da reunião, está em processo de desfiguração por causa da pressão do setor imobiliário e da especulação. A cidade não chegou a ser incluída na relação de patrimônios em risco.



No Bloco E da 310 Sul, um bicicletário impede a passagem dos pedestres: plano desvirtuado